

Resolução n.º 95/2012:

Autoriza o Ministério das Infraestruturas e Economia Marítima a realizar despesas com a contratação pública para a execução da empreitada de ampliação do Centro de Saúde de Santa Cruz, Cidade de Pedra Badejo, Ilha de Santiago. 1436

Resolução n.º 96/2012:

Descongela a evolução na carreira na Administração Pública prevista e dotada no Orçamento de Estado para o ano económico de 2012, única e exclusivamente para fins da promoção dos candidatos aprovados no concurso interno de acesso para o preenchimento de 11 (onze) vagas para a categoria de Ministro Plenipotenciário. 1436

CHEFIA DO GOVERNO:

Rectificação:

Da Resolução n.º 69/2012, de 16 de Outubro, que descongela as admissões na Administração Pública previstas e dotadas no Orçamento de Estado para o ano económico de 2012. 1437

Rectificação:

À Portaria n.º 49/2012, de 14 de Dezembro, que classifica a infra-estrutura rodoviária Avenida dos Hotéis como Estrada Nacional de 1ª Classe. 1437

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, HABITAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO:

Portaria n.º /2012:

Procede à ratificação do Plano Director Municipal (PDM) de Tarrafal de Santiago. 1438

ASSEMBLEIA NACIONAL

Lei n.º 21/VIII/2012

de 19 de Dezembro

Por mandato do Povo, a Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea b) do artigo 175º da Constituição o seguinte:

Artigo 1.º

Alteração da Lei n.º 88/VI/2006, de 9 de Janeiro

Os artigos 5.º, 10.º e 11.º da Lei n.º 88/VI/2006, de 9 de Janeiro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 5º

Suspensão do fornecimento do serviço público

1. A prestação do serviço ao utente, salvo casos fortuitos ou de força maior, pode ser suspensa por falta de pagamento de facturas com mais de trinta dias em atraso, mediante comunicação com quinze dias de antecedência em relação à data da suspensão.

2. A advertência da suspensão por não pagamento da factura no prazo de trinta dias e a comunicação prévia referidos no número anterior devem constar da própria factura de forma clara e precisa e em caracteres facilmente legíveis.

3. *[Revogado].*

4. [...]

5. [...]

Artigo 10.º

Facturação

1. [...]

2. [...]

3. [...]

4. A factura é disponibilizada ao utente pelo meio mais expedito, seguro e eficaz, podendo, sempre que possível, ser feito através da entrega ao domicílio, nas Casas do Cidadão, nas caixas automáticas e nas instalações da concessionária, bem como por via da Internet e por SMS, quando acordado.

Artigo 11.º

Prescrição e caducidade

1. O direito de exigir o pagamento do preço do serviço prestado está sujeito ao prazo de prescrição previsto na alínea g) do artigo 310º do Código Civil para as prestações periodicamente renováveis.

2. [...]

3. [...]

Artigo 2.º

Aditamento à Lei n.º 88/VI/2006, de 9 de Janeiro

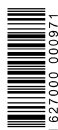
É aditado à Lei n.º 88/VI/2006, de 9 de Janeiro, o artigo 10.º-A, com a seguinte redacção:

«Artigo 10.º-A

Sistemas de pré-pagamento

1. As concessionárias dos serviços públicos essenciais podem implementar sistemas de pré-pagamento electrónicos que ofereçam ao utente a possibilidade de controlar os seus gastos, permitindo-lhe, designadamente, decidir previamente sobre quanto quer ou pode gastar durante um determinado período de tempo.

2. As concessionárias dos serviços públicos essenciais desenvolvem campanhas de sensibilização dos consumidores sobre as vantagens de adesão ao sistema pré-pago.»



Artigo 3.º

Disposição transitória

As alterações constantes do presente diploma aplicam-se às relações que subsistam à data da sua entrada em vigor, salvo os efeitos já produzidos pelo cumprimento da obrigação, por sentença transitada em julgado, por transacção, ainda que não homologada, ou por actos de natureza análoga.

Artigo 4.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação

Aprovada em 31 de Outubro de 2012.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Basílio Mosso Ramos*

Promulgada em 7 de Dezembro de 2012

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA

Assinada em 11 de Dezembro de 2012

O Presidente da Assembleia Nacional, *Basílio Mosso Ramos*

Lei nº 22/VIII/2012

de 19 de Dezembro

Por mandato do Povo, a Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea b) do artigo 175º da Constituição o seguinte:

Artigo 1.º

Redução de algumas taxas de direitos aduaneiros

1. São alteradas, nos termos da Lista anexa à presente lei, da qual faz parte integrante, as taxas de direitos aduaneiros estabelecidas de acordo com os compromissos assumidos por Cabo Verde através da Lista CLXI, anexa ao Protocolo de adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio, aprovado pela Resolução n.º 73/VII/2008, de 19 de Junho, e rectificada pela Resolução n.º 99/VII/2009, de 11 de Maio, correspondentes ao ano 2013.

2. As taxas de direitos aduaneiros constantes da lista anexa resultam da aplicação da redução anual.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor em 1 de Janeiro de 2013.

Aprovada em 31 de Outubro de 2012.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Basílio Mosso Ramos*

Promulgada em 5 de Dezembro de 2012

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA

Assinada em 7 de Dezembro de 2012

O Presidente da Assembleia Nacional, *Basílio Mosso Ramos*

ANEXO

Lista das taxas dos direitos de importação a vigorarem a partir de 1 de Janeiro de 2013

5ª Redução anual

	Código	Nac	Designação das mercadorias	DI 2013
	39.18		Revestimentos de pavimentos, de plásticos, mesmo	
			auto-adesivos, em rolos ou em forma de ladrilhos ou	
			de mosaicos; revestimentos de paredes ou de tectos, de	
			plásticos, definidos na Nota 9 do presente Capítulo.	
	3918.10.00	00	- De polímeros de cloreto de vinilo	10
	3918.90.00	00	- De outros plásticos	10
			Outras obras de vidro:	
ex	7020.00.00	10	- - - - Ampolas de vidro para garrafas térmicas ou para outros	7,5
			recipientes isotérmicos, cujo isolamento seja assegurado	
	84.69		Máquinas de escrever, excepto as impressoras da	
			posição 84.43; máquinas para o tratamento de textos.	
ex	8469.00.00	20	- - - - Máquinas de tratamento de textos	10
	8470.10.00	00	- Calculadoras electrónicas capazes de funcionar sem	10
			fonte externa de energia eléctrica e máquinas de	
			bolso com função de cálculo incorporado que	
			permitem gravar, reproduzir e visualizar informações	
			- Outras máquinas de calcular, electrónicas:	
	8470.21.00	00	- - Com dispositivo impressor incorporado	10
	8470.29.00	00	- - Outras	10
	8470.30.00	00	- Outras máquinas de calcular	10
	8470.50.00	00	- Caixas registadoras	10
	8470.90.00	00	- Outras	10